



Ata da Reunião 11/2026 – Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos

DATA: 16 de junho de 2026

HORÁRIO: 14 horas

LOCAL: Sede do CAPSIRATI

1. PARTICIPANTES

Membros do Comitê: Rozenilda Romaniw Bárbara, Antonio Sidnei Martins e Fernando Jose dos Anjos.

Consultoria Técnica (Assessoria LEMA): Sra. Fernanda Fioreli.

Asset Caixa Econômica Federal : Gilmar Chapievski (São Paulo) e demais representantes da Caixa Econômica Federal

2. PAUTA

- Apresentação da carteira de investimentos do CAPSIRATI do mês de maio DE 2026, desempenho, cenário econômico e os investimentos.
- Análise de liquidez e parecer da LEMA para movimentação de fundos e resgates destinados ao pagamento da folha previdenciária dos meses de junho e julho.
- Análise e Parecer sobre investimentos junto ao fundos do BB
- Perspectivas de investimentos com estudo da ALM e vencimento de NTNBS pares e pagamento de cupons e fundos vértice em agosto de 2026
- Pareceres geral de acompanhamento da carteira do CAPSIRATI, de riscos e da folha de pagamento do mês de maio de 2026;
- Informes e trâmites de representação coletiva dos RPPS acerca do ativo Care 1

3. REGISTRO DAS DELIBERAÇÕES E APRESENTAÇÕES TÉCNICAS

3.1 Apresentação da Carteira de Investimentos do CAPSIRATI (Maio de 2026): A palavra foi concedida à consultora Fernanda Fioreli, da LEMA CAPS, que discorreu detalhadamente sobre o desempenho e os resultados da carteira de investimentos do CAPSIRATI referente ao mês de maio de 2026. A consultora

destacou que o patrimônio líquido consolidado encerrou o período em **R\$ 165.734.262,09**. Em relação à rentabilidade, a carteira registrou um retorno de **1,00%** no mês , acumulando **5,67%** no ano. A meta atuarial estabelecida para o mês foi de **1,08%** (com acumulado anual de 5,64%) , resultando em um pequeno *gap* mensal de **-0,09 p.p.** , mas mantendo o acumulado do ano positivo em **0,03 p.p.** acima da meta. Em valores absolutos, o retorno financeiro gerado pelas aplicações em maio foi de **R\$ 1.544.871,58**.

Na sequência, a consultora expôs a distribuição de ativos por classe, evidenciando uma alocação conservadora e focada em segurança, com **99,06%** dos recursos alocados em Renda Fixa (totalizando R\$ 163.237.402,87) , **0,78%** em Renda Variável (R\$ 1.278.919,88) e **0,16%** em Fundos Imobiliários (R\$ 264.796,69). Quanto aos enquadramentos regulatórios da Resolução CMN 5.272/2025, foi ratificado que 100% da carteira encontra-se integralmente enquadrada dentro dos limites legais, concentrando a maior participação no artigo 7º, inciso III (Títulos Públicos Federais), com **38,75%** da carteira (R\$ 63.851.400,67). A consultora concluiu a apresentação demonstrando que o indicador de risco *Value at Risk* (VaR) da carteira fechou em **0,18%**, refletindo o perfil controlado das alocações. Os conselheiros agradeceram os esclarecimentos prestados.

3.2 Análise Técnica de Potenciais Aplicações em Fundos do Banco do Brasil: Dando continuidade aos trabalhos, passou-se à análise técnica enviada pela consultoria LEMA Economia & Finanças, datada de 12 de junho de 2026, referente à viabilidade de investimentos em dois fundos sugeridos pelo Banco do Brasil, atendendo à solicitação da gestão do CAPSIRATI. A análise tomou como base os critérios de elegibilidade da Resolução CMN nº 5.272/2025, a Portaria MTP nº 1.467/2022 e o cenário macroeconômico corrente.

Após a avaliação da natureza dos ativos, estrutura operacional e limites de concentração do RPPS, deliberou-se sobre os seguintes pontos do relatório:

1. BB Alocação Ativa Retorno Total FIC RF Previd (CNPJ: 35.292.588/0001-89): Foi constatado que o fundo cumpre os requisitos regulatórios e encontra-se apto para receber aportes do CAPSIRATI, desde que observados os limites da referida Resolução, as diretrizes da Política de Investimentos vigente, os limites por fundo e instituição financeira, bem como o perfil de *suitability* do Regime Próprio.

2.BB Previd RF TP Vértice 2035 FI (CNPJ: 49.963.829/0001-89): Quanto a este ativo, acolhendo a recomendação prudencial da consultoria LEMA, definiu-se que o comitê/conselho aguardará a conclusão e elaboração do estudo de *Asset Liability Management* (ALM) de 2026 antes de realizar qualquer alocação. Justificou-se que tal estudo será fundamental para avaliar o exato alinhamento entre os ativos e o passivo atuarial do plano, especialmente no tocante à *duration*, fluxo de caixa projetado e compatibilidade dos prazos do fundo de vértice com as obrigações previdenciárias futuras do Instituto.

3.3. Análise de Parecer para Resgates (Folhas de Pagamento) e Novas Aplicações – Junho de 2026: Na sequência, foi apresentada ao comitê/conselho a recomendação de movimentações financeiras enviada pela consultoria LEMA Economia & Finanças, datada de 3 de junho de 2026, com o objetivo de planejar o fluxo de caixa para os próximos meses.

Após a leitura e análise dos termos do parecer, deliberou-se e aprovou-se o seguinte direcionamento:

1.Resgate para Cobertura de Despesas de Pessoal: Visando garantir o cumprimento das obrigações previdenciárias e administrativas do Instituto, foi autorizada a realização de resgates no montante consolidado de **R\$ 7.556.000,00 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil reais)**. Este valor destina-se especificamente ao provisionamento e pagamento da folha salarial de junho (30/06), da primeira parcela do décimo terceiro salário (10/07) e da folha salarial de julho (31/07). Acolhendo o critério técnico de liquidez da consultoria, determinou-se que a operação seja efetuada a partir do fundo **CAIXA BRASIL MATRIZ RF (CNPJ: 23.215.008/0001-70)**, tendo em vista o seu perfil de conversão imediata (liquidez D+0), assegurando a disponibilidade tempestiva dos recursos.

2.Alocação de Novos Recursos (Aportes/Ingressos): Adicionalmente, deliberou-se sobre a destinação do montante estimado de **R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais)**, com previsão de ingresso em conta entre os dias 10/06 e 10/07. Ficou definido que tais recursos serão integralmente alocados no fundo **BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID (CNPJ: 11.328.882/0001-35)**. Justificou-se a escolha por tratar-se de um ativo de perfil conservador, com liquidez D+0, devidamente enquadrado no artigo 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025 e em perfeita aderência à Política de Investimentos vigente.

Destacou-se, ainda, que a indexação ao IRF-M 1 mostra-se taticamente adequada ao cenário macroeconômico de juros elevados e potencial flexibilização monetária, mitigando riscos de mercado.

3.4 Análise do Cenário Macroeconômico e Correlação Estratégica:

A consultora Fernanda Fioreli discorreu sobre o panorama econômico global e doméstico, fundamentando as decisões de alocação do CAPSIRATI. No âmbito internacional, destacou-se o cenário de juros nos Estados Unidos (*Fed Funds*), onde o comitê do *Federal Reserve* (Fed) sinalizou uma postura de "juros altos por mais tempo" (*higher for longer*), postergando o início do ciclo de corte de juros diante de uma inflação ainda resiliente e atividade econômica aquecida. No cenário doméstico, apontou-se a desaceleração do processo de desinflação no Brasil e a elevação das projeções do Relatório Focus (Banco Central) para o IPCA e para a taxa Selic terminal, o que gerou maior volatilidade e abertura nas curvas de juros futuras (juros longos mais altos).

Em correlação com a estratégia de investimentos do CAPSIRATI, a consultora justificou que o cenário exige cautela e embasa a manutenção de um perfil predominantemente conservador e defensivo na carteira do Instituto. Detalhou-se que a alocação maciça em Renda Fixa — com destaque para fundos indexados ao CDI, títulos públicos federais de curto prazo e ativos atrelados ao IRF-M 1 — visa capturar as taxas nominais elevadas correntes com baixa volatilidade e liquidez imediata (D+0), blindando o patrimônio contra as oscilações bruscas do mercado de juros longos. Por fim, ratificou-se que a estratégia atual está plenamente aderente a esse contexto macroeconômico de incerteza fiscal e monetária, garantindo a segurança necessária para o cumprimento das metas do RPPS.

3.5 Perspectivas de Investimentos, Estudo de ALM e Vencimento de NTN-Bs:

Dando continuidade, a Comissão/Conselho realizou uma avaliação prospectiva da carteira de investimentos do CAPSIRATI com foco nos fluxos de caixa programados para o mês de agosto de 2026. Foi sinalizado pelos presentes o relevante ingresso de recursos decorrente do vencimento de títulos públicos federais do tipo NTN-B (Vértice 2026), somado ao recebimento dos cupons semestrais das demais NTN-Bs pares integrantes do patrimônio.

Diante do volume substancial de liquidez previsto para agosto, a Comissão determinou que a consultoria LEMA Economia & Finanças, assim que finalizar a

elaboração do estudo de *Asset Liability Management* (ALM) de 2026, considere cenários específicos para este período. O objetivo será avaliar e recomendar o direcionamento estratégico desses recursos dentro do universo de ativos elegíveis para o Regime Próprio. Reforçou-se a necessidade de que todas as propostas observem rigorosamente os limites de alocação, concentração e enquadramento estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025, garantindo a perfeita aderência técnica e jurídica antes da execução das novas aplicações.

3.6 Análise dos Pareceres Técnicos de Acompanhamento da Carteira, de Risco de Mercado e da Folha de Pagamentos (Maio de 2026): Dando sequência à pauta, os membros do comitê/conselho procederam à leitura, discussão e avaliação conjunta dos três pareceres emitidos referentes ao mês de maio de 2026, conforme detalhado a seguir:

Parecer Técnico do Relatório Mensal de Investimentos:

Foi apresentado o parecer que atesta a governança e a estabilidade da carteira de investimentos. Destacou-se que, mesmo diante da acentuada volatilidade do mercado doméstico e da retração expressiva no segmento de Renda Variável (com ênfase na queda de -7,39% do fundo Finacap), a estratégia tática do Instituto cumpriu seu papel de blindagem fiduciária, garantindo o retorno global de 1,00% e mantendo a rentabilidade acumulada do ano acima da meta atuarial. Adicionalmente, foi reportada a atuação coordenada da gestão para exigir a convocação da Assembleia Geral de Cotistas (AGC) no fundo imobiliário FII CARE11, reforçando o compromisso com os direitos fiduciários do Instituto. Diante disso, ratificou-se a aprovação do relatório com recomendação de manutenção do foco em Renda Fixa de alta liquidez e segurança.

Parecer Técnico de Risco de Mercado (Nº 005/2026):

Na análise de riscos, observou-se que o risco global mensurado pelo *Value at Risk* (VaR) Mensal manteve-se rigorosamente estabilizado em 0,85% (e 2,93% no acumulado de 12 meses), demonstrando controle rígido da perda potencial máxima da carteira. Contudo, registrou-se um sutil aumento na volatilidade mensal, que subiu para 0,90% (ante os 0,10% de abril), o que acabou pressionando o Índice Sharpe Mensal para o patamar negativo de -1,30 e gerou uma quebra marginal na sequência de *drawdown* zerado (fixando-se em 0,03%). Também foi identificada uma fração marginal desatrelada das conformidades padrão de alocação (0,16% em ativos desenquadrados). A comissão concluiu

validando o relatório e reforçando o direcionamento estratégico para ativos de crédito soberano.

Parecer Técnico Mensal da Folha de Pagamentos:

Por fim, foi avaliado o relatório da folha de benefícios, que demonstrou extrema estabilidade e regularidade na despesa consolidada. O valor bruto processado no mês de maio fixou-se em **R\$ 3.006.393,51 (três milhões, seis mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e um centavos)**, representando uma variação nominal negativa de -0,43% (-R\$ 12.897,64) em relação ao mês anterior. No período, foram processados benefícios para um total de 674 servidores (aposentados e pensionistas), o que configurou uma entrada líquida de 03 novos beneficiários face ao mês de abril. O valor líquido total pago foi de R\$ 2.318.775,74, registrando-se as retenções oficiais de R\$ 146.501,24 para a Receita do CAPS e R\$ 151.469,66 de IRRF.

4. Informes Gerais — Alocação Estrutural e Governança do Ativo Care 11 (FII)

A Sra. Rozenilda Romaniw Bárbara apresentou ao comitê um relatório detalhado acerca da mobilização nacional e dos trâmites institucionais recentes envolvendo o fundo imobiliário **Brazilian Graveyard And Death Care Services FII – CARE11** (CNPJ nº 13.584.584/0001-31):

Contexto e Mobilização Liderada por Cascavel/PR: Diante do cenário de baixa previsibilidade operacional, questionamentos de governança e elevado desconto entre o valor patrimonial e o valor de mercado das cotas, realizou-se uma reunião de alinhamento liderada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cascavel (IPMC). Dessa articulação coordenada, formatou-se um documento formal consubstanciado em uma Ordem do Dia com itens específicos, o qual fundamenta e requer formalmente a convocação de uma Assembleia Geral de Cotistas (AGC). O pleito foca em medidas estruturais de proteção patrimonial, mitigação de conflitos de interesses, reforço de transparência e na proposta de liquidação ordenada do fundo com prazo determinado.

Análise Técnica da LEMA: O documento e suas respectivas pautas deliberativas foram submetidos à avaliação da consultoria técnica LEMA. Em parecer emitido, a LEMA recomendou expressamente a adesão ao termo de convocação proposto pelo IPMC. A consultoria destacou que as matérias estão

em perfeito alinhamento com o dever de direito e diligência regulamentar exigido dos investidores institucionais, conforme as diretrizes da Resolução CVM nº 175/2022, da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Validação Jurídica e Adesão do CAPSIRATI: Sequencialmente, a assessoria jurídica do CAPSIRATI analisou e validou o teor da solicitação de convocação. Com o respaldo legal, a autarquia formalizou o seu Termo de Adesão vinculando as suas 79.999 cotas ao requerimento. O documento, devidamente assinado digitalmente, foi encaminhado ao RPPS de Cascavel para consolidação do quórum.

Protocolo e Envio à Administradora: Por fim, foi informado que, no dia **21 de maio de 2026**, o IPMC (Cascavel) comunicou formalmente o envio e protocolo de toda a documentação perante a instituição administradora do fundo. O requerimento unificou a representação de dezenas de regimes próprios de previdência, totalizando um quórum expressivo de **32,93% do total de cotas emitidas pelo fundo**, superando com larga margem o mínimo regulamentar exigido de 5% para a abertura da assembleia.

3.7 CARE 11 - Desdobramentos Recentes e Resposta à Administradora:

Dando continuidade a este tópico, a Sra. Rozenilda Romaniw Bárbara atualizou os membros do comitê/conselho sobre os desdobramentos mais recentes recebidos do IPMC (Cascavel/PR). Foi informado que a administradora do fundo, Mérito DTVM, emitiu uma contraproposta de Ordem do Dia e apresentou questionamentos formais acerca do pedido de convocação da Assembleia Geral de Cotistas (AGC). Diante disso, o IPMC, atuando como coordenador da mobilização dos RPPS, elaborou e protocolou o *Ofício nº 134/2026/IPMC*, datado de 15 de junho de 2026, contendo uma resposta técnica e jurídica detalhada às ponderações da administradora.

A Sra. Rozenilda destacou os seguintes pontos fundamentais dessa atualização:

1.Validade Unificada da Resposta: O Ofício-Resposta foi devidamente respaldado por parecer jurídico e estruturado de forma coletiva. Portanto, não haverá necessidade de cada RPPS emitir um ofício individualizado, valendo a manifestação técnica e jurídica de Cascavel como representação de todo o bloco de investidores institucionais aderentes, estratégia esta já aceita pela Mérito DTVM.

2.Defesa das Pautas de Governança e Liquidação: No documento, os RPPS ratificaram a exigência de que a AGC delibere formalmente sobre o plano de liquidação ordenada do fundo e reforçaram os critérios para impedir o voto de cotistas que possuam potencial conflito de interesses com as empresas investidas. Adicionalmente, ajustou-se tecnicamente a proposta para a criação de uma comissão de representação de cotistas (composta por até 5 membros) de caráter estritamente fiscalizatório e consultivo, visando acompanhar a situação operacional e financeira do ativo sem interferir na gestão direta.

3.Ponderação e Suporte Técnico da LEMA: Ao ser questionada pelo comitê sobre as recomendações da assessoria técnica para o momento, a consultora Fernanda Fioreli ponderou que o Instituto deve aguardar os ritos formais da convocação. Informou, ainda, que a LEMA possui uma estrutura jurídica dedicada exclusivamente ao tratamento de fundos estressados. Embora este serviço específico de assessoria jurídica contenciosa seja tarifado à parte e não integre a cesta de contratações regular do CAPSIRATI, a consultora garantiu que a LEMA continuará acompanhando de perto o caso e colaborando ativamente com a pauta institucional junto ao Instituto em busca das melhores soluções patrimoniais.

4.Próximos Passos: Com o envio dessas complementações tempestivas e o encerramento do prazo de manifestação em 15 de junho de 2026, o comitê/conselho do CAPSIRATI registra que foram superadas as etapas de alinhamento de pauta. Espera-se, portanto, que a administradora proceda com a publicação imediata do edital de convocação definitivo para a realização da assembleia solicitada.

3.8 Apresentação Institucional e Análise de Ativos da Caixa Econômica Federal: Dando continuidade à pauta, registrou-se a participação, via videoconferência pela plataforma *Google Meet*, dos representantes da Caixa Econômica Federal: os Srs. Gilmar Chapievsky, Raphael Bitencourt Castagnoli e a Sra. Rejane CIT. Os técnicos da instituição financeira discorreram amplamente sobre o cenário macroeconômico atual e apresentaram a grade de fundos de investimento administrados pela Caixa que se encontram elegíveis para receber aportes do CAPSIRATI.

Durante a exposição, os representantes apresentaram um estudo comparativo detalhado de desempenho entre o principal fundo atualmente utilizado pelo

Instituto junto à instituição — o **Caixa Brasil Matriz FI RF Ref DI LP** — e outras alternativas da grade. Como destaque estratégico para o atual momento de mercado, foi sugerido o fundo **Caixa Topázio FIF Renda Fixa Referenciado DI LP (CNPJ: 11.061.230/0001-87)**. Os palestrantes enfatizaram que o fundo Caixa Topázio se apresenta como uma excelente alternativa tática por cumprir rigorosamente os requisitos regulatórios para Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) mesmo sem a exigência de certificação do *Pró-Gestão*.

Ademais, justificou-se que a migração ou utilização do fundo Caixa Topázio mostra-se oportuna, uma vez que, por restrições técnico-operacionais momentâneas, o CAPSIRATI encontra-se impossibilitado de realizar novos aportes no fundo Caixa Brasil Matriz. Os técnicos da Caixa ponderaram, inclusive, que as projeções e a estrutura do fundo Matriz indicam que ele poderá deixar de ser o veículo mais adequado para futuras alocações do RPPS no médio e longo prazo. Os membros do comitê/conselho agradeceram a apresentação, sanaram dúvidas técnicas sobre as taxas de administração e as condições de liquidez dos ativos expostos e deliberaram por submeter o material à análise complementar da consultoria LEMA para subsidiar futuras decisões de movimentação.

4. ENCAMINHAMENTOS E FECHAMENTO

O Comitê de Investimentos, após avaliar criteriosamente todas as exposições técnicas, pareceres emitidos e relatórios de risco apresentados, deliberou formalmente por:

1.Homologar os relatórios de acompanhamento da carteira de investimentos e de risco de mercado (Parecer nº 005/2026) relativos ao mês de maio de 2026, validando a estratégia defensiva em Renda Fixa Adstrita diante do cenário de volatilidade fiscal e monetária doméstica.

2.Autorizar a execução do resgate de **R\$ 7.556.000,00 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil reais)** do fundo *Caixa Brasil Matriz FI RF Ref DI LP*, vinculando esses recursos especificamente para o fluxo de pagamento das folhas salariais de junho e julho de 2026, bem como da primeira parcela do décimo terceiro salário, sendo resgatados de acordo com as demandas de pagamento da folha em tempo hábil para efetivo pagamento.

3.Direcionar a aplicação do aporte de **R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais)**, previstos para ingressar entre junho e julho, no fundo *BB*

IRF-M 1 TP FIC RF PREVID, em perfeita consonância com a Resolução CMN nº 5.272/2025.

4. Suspende preventivamente qualquer alocação de recursos nos ativos de vértice sugeridos (como o *BB Previd RF TP Vértice 2035 FI*), bem como reter novas movimentações propostas pela Caixa Econômica Federal (*Caixa Topázio*), até que a consultoria LEMA Economia & Finanças conclua formalmente o estudo de *Asset Liability Management* (ALM) planejado para agosto de 2026.

5. Ratificar o apoio institucional à mobilização nacional de cotistas do fundo imobiliário *FII CARE11*, tomando ciência do Ofício nº 134/2026/IPMC protocolado unificadamente perante a Administradora Mérito DTVM, e registrar o suporte técnico e jurídico que a LEMA continuará prestando ao Instituto no acompanhamento do ativo estressado.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar o Comitê declarou encerrada a reunião, da qual eu, na qualidade de membro, lavrei a presente ata que, após lida e considerada conforme em todos os seus termos, segue assinada eletronicamente pelos membros presentes e encaminhada para publicação legal.

ROZENILDA ROMANIW BÁRBARA

Membro do Comitê de Investimentos

ANTONIO SIDNEI MARTINS

Membro do Comitê de Investimentos

FERNANDO JOSE DOS ANJOS

Membro do Comitê de Investimentos